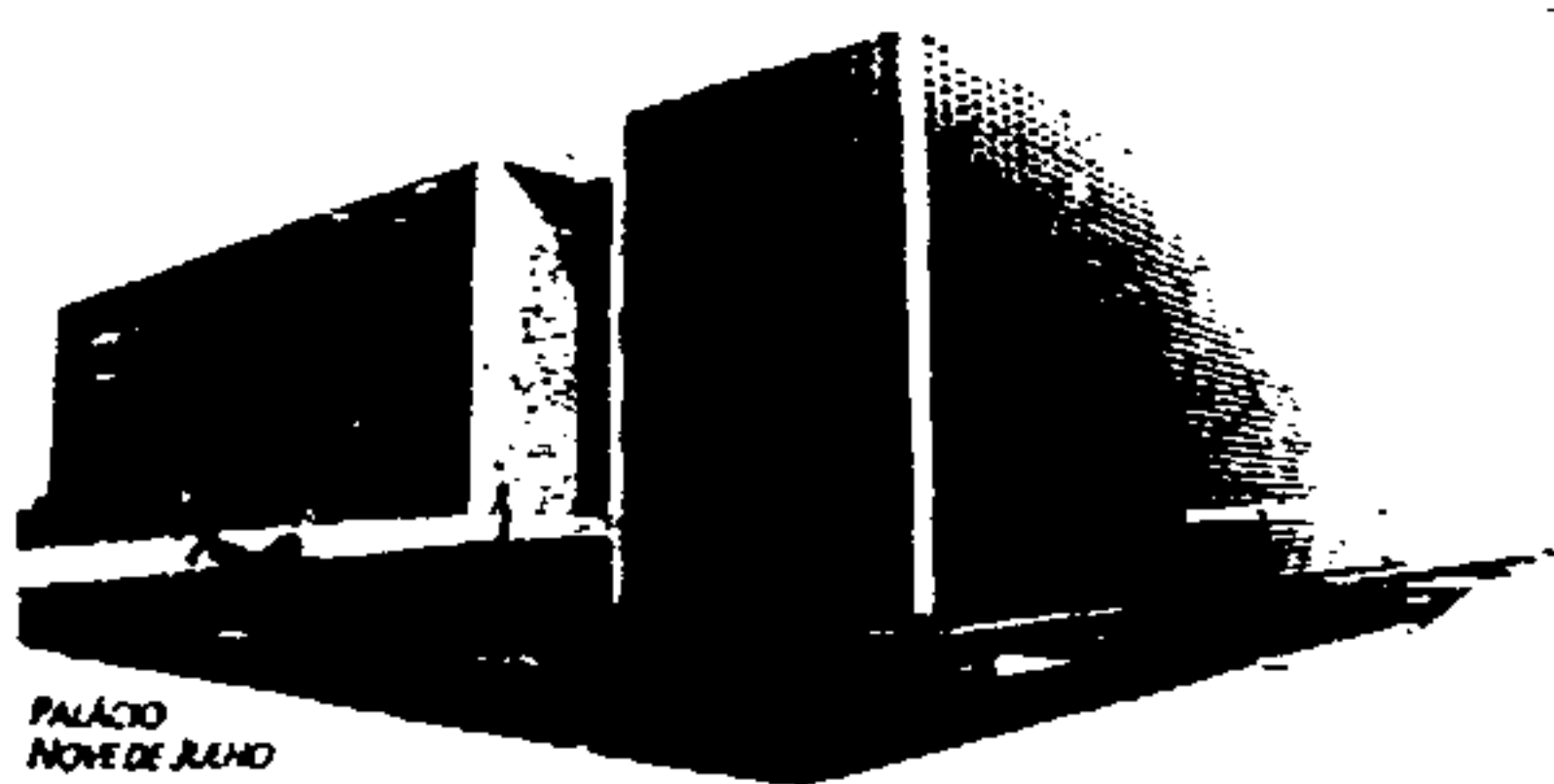


**LEI N.º 4.962, DE 14 DE MARÇO DE 1986**

Dispõe sobre a prestação de serviços por postos de abastecimento, lavagem e lubrificação de veículos automotores em áreas com acesso às rodovias estaduais.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, decreta e eu, Luiz Carlos Santos, na qualidade de seu Presidente, promulgo, nos termos do § 4.º do artigo 26 da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n.º 2, de 30 de outubro de 1969), a seguinte lei:

Artigo 1.º — Os postos de abastecimento, lavagem e lubrificação localizados em áreas com acesso às rodovias estaduais devem estar preparados para os serviços de mecânica.

§ 1.º — Os serviços de que trata este artigo serão prestados durante o horário estabelecido para o funcionamento dos postos, podendo ser prorrogados, de acordo com a legislação pertinente, durante as 24 horas do dia.

§ 2.º — O disposto neste artigo não se aplica aos estabelecimentos localizados nas rodovias onde exista, comprovadamente, serviço ininterrupto de atendimento ao usuário.

Artigo 2.º — Dos contratos de concessão ou de construção de acessos deverá constar a obrigatoriedade prevista nesta lei.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 14 de março de 1986.

a) LUIZ CARLOS SANTOS, Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 14 de março de 1986.

a) Januário Juliano Júnior, Diretor Geral

LEI N.º 4.963, DE 14 DE MARÇO DE 1986

Veda a instalação de indústrias químicas, de produtos inflamáveis ou explosivos e de usinas de concreto pré-misturado na Região Metropolitana de São Paulo.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta e eu, Luiz Carlos Santos, na qualidade de seu Presidente, promulgo, nos termos do § 4.º do artigo 26 da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n.º 2, de 30 de outubro de 1969), a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica vedada a instalação de indústrias químicas, de produtos inflamáveis ou explosivos e de usinas de concreto pré-misturado na Região Metropolitana de São Paulo.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 14 de março de 1986.

a) LUIZ CARLOS SANTOS, Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 14 de março de 1986.

a) Januário Juliano Júnior, Diretor Geral

ATO N.º 3, DE 1986

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, parágrafo único, do Regimento Interno e por força da aprovação, pelo Plenário, do Requerimento n.º 439, de 1986, nomeia os Deputados abaixo para comporem Comissão de Representação, com a finalidade de comparecer a 8.ª Conferência Nacional de Saúde, a realizar-se nos dias 17 a 21 do corrente mês, em Brasília:

Dep. Eduardo Jorge

Dep. Ibrahim Dabus

Dep. Paulo Sogayar

Dep. Waldyr Trigo

Dep. Fernando Silveira

Assembléia Legislativa, em 14 de março de 1986.

a) LUIZ CARLOS SANTOS, Presidente

Ordens do dia

17 de março de 1986

20.ª Sessão Ordinária

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - Discussão e votação da Moção nº 316, de 1984, apresentada pelo deputado Floriano Leandrini, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser adquirido ou construído imóvel para sediar o INAMPS, em São Caetano do Sul. Parecer nº 653, de 1985, da Comissão de Promoção Social, favorável, com emenda.

2 - Discussão e votação da Moção nº 100, de 1985, apresentada pelo deputado Benedito Cintra, apelando para o Congresso Nacional no sentido de ser adotada medida legislativa objetivando o direito do soldado e cabo das Polícias Militares o exercício do direito do voto. Parecer nº 900, de 1985, da relatoria especial pela Comissão de Justiça, favorável.

3 - Discussão e votação da Moção nº 142, de 1985, apresentada pelo deputado Archimedes Lamoglia, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem instalados telefones públicos, em pontos mais isolados, dos bairros de Topo e Topolândia, de São Sebastião. Parecer nº 2257, de 1985, da Comissão de Transportes, favorável, com substitutivo.

4 - Discussão e votação da Moção nº 176, de 1985, apresentada pelo deputado José Nunes, apelando para o Sr. Presidente da República e para o Congresso Nacional no sentido de ser instituído o Imposto Territorial Municipal, de competência exclusiva dos municípios, em substituição ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural. Parecer nº 2048, de 1985, da Comissão de Assuntos Municipais, favorável.

5 - Discussão e votação da Moção nº 213, de 1985, apresentada pelo deputado Waldemar Chuback, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem adotadas medidas, que especifiquem, para a agricultura de soja. Parecer nº 2544, de 1985, da Comissão de Agricultura, favorável.

6 - Discussão e votação da Moção nº 264, de 1985, apresentada pelo deputado Evandro Mesquita, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser incentivada a criação e obriga da exibição de produções nacionais de desenho animado, por parte da televisão brasileira. Parecer nº 1225, de 1985, da Comissão de Cultura e Tecnologia, favorável.

7 - Discussão e votação da Moção nº 266, de 1985, apresentada pelo deputado Koyu Iha, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser cedido, pelo IAPAS, terreno de sua propriedade, localizado em Santos, ao Centro Comunitário do Conjunto Residencial Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, daquela cidade. Parecer nº 1291, de 1985, da Comissão de Promoção Social, favorável.

PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

10.ª Legislatura

8 - Discussão e votação da Moção nº 274, de 1985, apresentada pelo deputado Vanderlei Macris, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser cumprido o disposto na Lei Federal nº 4771, de 15/9/65, que torna obrigatória a inserção em todos os canais de rádio e TV do País, de anúncios sobre a necessidade de preservação da flora nacional. Parecer nº 1228, de 1985, da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, favorável.

9 - Discussão e votação da Moção nº 389, de 1985, apresentada pelo deputado Waldyr Trigo, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser alterado o Plano Nacional de Saneamento Básico, estabelecendo que os serviços públicos de abastecimento de água e de coleta de esgotos sejam feitos em conjunto com os respectivos municípios. Parecer nº 2037, de 1985, da Comissão de Obras Públicas, favorável.

10 - Discussão e votação da Moção nº 395, de 1985, apresentada pelo deputado Fernando Silveira, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser enviado ao Congresso Nacional, projeto de lei alterando a sistemática de isenção do imposto sobre Produtos Industrializados, concedida às microempresas. Parecer nº 1853, de 1985, da Comissão de Finanças, favorável.

11 - Discussão e votação da Moção nº 421, de 1985, apresentada pelo deputado Franco Baruselli, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser instalada unidade completa de armazenagem em Andradina. Parecer nº 2310, de 1985, da Comissão de Agricultura, favorável.

12 - Discussão e votação da Moção nº 469, de 1985, apresentada pelo deputado Aloysio Nunes Ferreira, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem corrigidos, mensalmente, os preços mínimos dos produtos agrícolas. Parecer nº 2364, de 1985, da Comissão de Agricultura, favorável.

13 - Discussão e votação da Moção nº 476, de 1985, apresentada pelo deputado Geraldo Alckmin, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser determinada a colocação de grades metálicas de defesa, entre as pistas, na Rodovia Presidente Dutra, no trecho Rio de Janeiro-São Paulo. Parecer nº 2198, de 1985, da Comissão de Transportes, favorável.

14 - Discussão e votação da Moção nº 498, de 1985, apresentada pelo deputado Ary Kara, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem liberados recursos para desapropriação da área onde está instalado o Hospital-Escola da Irmandade de Misericórdia de Taubaté. Parecer nº 2254, de 1985, da Comissão de Educação, favorável.

15 - Discussão e votação da Moção nº 515, de 1985, apresentada pelo deputado Mauro Bragato, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser instalado "posto avançado do Banco do Brasil" no Distrito de Euclides da Cunha, em Teodoro Sampaio. Parecer nº 2250, de 1985, da Comissão de Economia, favorável.

16 - Discussão e votação da Moção nº 631, de 1985, apresentada pela Comissão de Promoção Social em seu Parecer nº 2071, de 1985, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser somado, para fins de aposentadoria, o tempo de serviço prestado na zona rural com o da atividade urbana.

PROPOSIÇÕES QUE INDEPENDEM DE PARECER MAS DEPENDEM DE DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

17 - Discussão e votação adiada do Requerimento nº 487, de 1985, apresentado pelo deputado José Cicote, propondo a prorrogação, por mais quarenta e cinco dias, do prazo da Comissão Especial de Inquérito constituída com a finalidade de averiguar a situação em que se encontram os transportes coletivos no Estado.

18 - Discussão e votação do Requerimento nº 1375, de 1985, apresentado pelo deputado José Cicote, propondo a prorrogação, por mais quarenta e sete dias, do prazo da Comissão Especial de Inquérito constituída para averiguar a situação em que se encontram os transportes coletivos no Estado.

19 - Discussão e votação do Requerimento nº 2195, de 1985, apresentado pelo deputado José Cicote, propondo a prorrogação, por mais trinta dias, do prazo da Comissão Especial de Inquérito constituída com a finalidade de averiguar a situação em que se encontram os transportes coletivos no Estado.

20 - Discussão e votação do Requerimento nº 2790, de 1985, apresentado pelo deputado José Cicote, propondo a prorrogação, por mais trinta dias, do prazo da Comissão Especial de Inquérito constituída com a finalidade de averiguar a situação em que se encontram os transportes coletivos no Estado.

21 - Discussão e votação do Requerimento nº 3262, de 1985, apresentado pelo deputado José Cicote, propondo a prorrogação, por mais trinta dias, do prazo da Comissão Especial de Inquérito constituída com a finalidade de averiguar a situação em que se encontram os transportes coletivos no Estado.

22 - Discussão e votação do Requerimento nº 3594, de 1985, apresentado pelo deputado José Cicote, propondo a prorrogação, por mais dez dias, do prazo da Comissão Especial de Inquérito, constituída com a finalidade de averiguar a situação em que se encontram os transportes coletivos no Estado.

17 de março de 1986

21.ª Sessão Ordinária

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - Discussão adiada e votação do Projeto de lei nº 363, de 1983, apresentado pelo deputado Archimedes Lamoglia, dispondo sobre o tombamento da área onde se localiza a nascente do rio Tietê, no Município de Salesópolis. Pareceres nºs 275 e 276, de 1985, respectivamente das Comissões de Justiça e de Cultura e Tecnologia, favoráveis. Com requerimento de audiência da Comissão de Defesa do Meio Ambiente. Parecer nº 2212, de 1985, da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, favorável.

2 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 676, de 1984, apresentado pelo deputado Waldyr Trigo, alterando a redação do artigo 39 da Lei nº 2716, de 02/04/61, estabelecendo preferência para exploração das áreas de que trata esta lei, às entidades assistenciais do Estado e aos agricultores sem terra ou pequenos proprietários. Pareceres nºs 2016 e 2017, de 1985, respectivamente das Comissões de Justiça e de Obras Públicas, favoráveis.

3 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 157, de 1985, apresentado pelo deputado Fernando Moraes, declarando de utilidade pública a "Fundação Educacional Guacuanã - FEG", de Moji Guaçu. Aprovado, com emenda, pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 35, de 1986.

4 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 289, de 1985, apresentado pelo deputado Floriano Leandrini, declarando de utilidade pública a "Assistência Social Coração Imaculado de Maria da Paróquia Nossa Senhora do Bom Conselho", na Capital. Aprovado, com emenda, pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 34, de 1986.

5 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 388, de 1985, apresentado pelo deputado Wagner Rossi, declarando de utilidade pública a "Associação dos Aposentados e Pensionistas de Ribeirão Preto", naquele Município. Aprovado, com emenda, pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 33, de 1986.

Pauta

17 de março de 1986

20.ª Sessão Ordinária

Em Pauta por cinco sessões

Para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 160 e o item 3, parágrafo único do artigo 152 do Regimento Interno

1.ª Sessão

1 - Projeto de Lei Complementar nº 17, de 1986, apresentado pelo deputado Fernando Silveira, alterando a redação do artigo 19 da Lei Complementar nº 413, de 12/9/85, proibindo exclusividade às empresas funerárias locais no transporte de cadáveres para fora de seus respectivos municípios.

2 - Projeto de lei nº 140, de 1986, apresentado pelo deputado Dália Pira, dando a denominação de "Rodovia Scarpin" à estrada vicinal - URN-322, que liga a Rodovia Euclides da Cunha ao Distrito de Aspásia, em Urânia.

3 - Projeto de lei nº 141, de 1986, apresentado pelo deputado Waldyr Trigo, dando a denominação de "Profa. Tânia Sandra Fabricio Guzzo" à Escola Estadual de 19 Grau Bairro Jardim São Bento, em Guariba.

4 - Projeto de lei nº 142, de 1986, apresentado pelo deputado Hélio Cesar Rosas, declarando de utilidade pública a "Academia Paulista de Jornalismo", da Capital.

5 - Projeto de lei nº 143, de 1986, apresentado pelo deputado Vanderlei Macris, declarando de utilidade pública o "CEPROESC - Centro de Promoção Educacional e Social na Comunidade", de Araraquara.

6 - Projeto de lei nº 144, de 1986, apresentado pelo deputado Rubens Lara, dando a denominação de "Professor Carlos Alberto Vigneron" à Escola Estadual de 19 Grau da Vila Elisa, em Jacupiranga.

7 - Moção nº 38, de 1986, apresentada pelo deputado Dália Pira, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser aberta representação do INPS em General Salgado.

8 - Moção nº 39, de 1986, apresentada pelo deputado Hélio Cesar Rosas, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser revogado o Decreto-lei nº 1900, de 1981.

9 - Moção nº 40, de 1986, apresentada pelo deputado Hélio Cesar Rosas, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem assegurados, aos aposentados e pensionistas, proventos, no mínimo, equivalentes a um salário-mínimo.

10 - Moção nº 41, de 1986, apresentada pelo deputado Rubens Lara, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser reformulada a legislação de proteção ao trabalho, priorizando a proteção coletiva e penalizando os responsáveis por acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e agressões ao meio ambiente.

11 - Moção nº 42, de 1986, apresentada pelo deputado Floriano Leandrini, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem destinadas verbas para promover programa de assistência social à infância desvalida.

12 - Moção nº 43, de 1986, apresentada pelo deputado Floriano Leandrini, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem atendidas as reivindicações, que especifica, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Caetano do Sul.

2.ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 131, de 1986, apresentado pelo deputado Aloysio Nunes Ferreira, dando a denominação de "Profa. Vanir Ferrero Moraes" à Escola Estadual de 19 e 20 Graus de Guzotândia, naquele Município.

2 - Projeto de lei nº 132, de 1986, apresentado pelo deputado Fernando Leça, dando a denominação de "Bibliotecária Terezine Arantes Ferraz" à Escola Estadual de 19 Grau do Jardim São João - Itururuvi, na Capital.

3 - Projeto de lei nº 133, de 1986, apresentado pelo deputado Fernando Leça, dando a denominação de "Bibliotecária Maria Luísa Monteiro da Cunha" à Escola Estadual de 19 Grau do Jardim do Lago - Butantã, na Capital.

4 - Projeto de lei nº 134, de 1986, apresentado pelo deputado Fernando Leça, dando a denominação de "Bibliotecária Maria Antonieta Ferraz" à Escola Estadual de 19 Grau Jardim Peri Alto - Santana, na Capital.

5 - Projeto de lei nº 135, de 1986, apresentado pelo deputado Fernando Leça, dando a denominação de "Camilo Castelo Branco" à Sa. Escola Estadual de 19 Grau do Conjunto Habitacional Santa Etelvina, Subdistrito de Guanazes, na Capital.

6 - Projeto de lei nº 136, de 1986, apresentado pelo deputado Fernando Leça, dando a denominação de "Profa. Aparecida Donizete de Paula" à Escola Estadual de 19 Grau da Vila Elida, em Diadema.

7 - Projeto de lei nº 137, de 1986, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre alienação, por doação, ao Município de Paraisópolis, de imóvel nele situado, destinado à construção da Câmara Municipal e outras repartições municipais.

8 - Projeto de lei nº 138, de 1986, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando o DER a alienar, por doação, ao Município de Monte Alto, imóvel nele situado, destinado à ampliação das instalações de núcleo comercial/industrial.

9 - Projeto de lei nº 139, de 1986, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre a permuta, com o Município de Jau, de terrenos nele situados.

10 - Moção nº 36, de 1986, apresentada pelo deputado Vicente Botta, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser mantido o Programa Nacional do Alcool nos moldes atuais.

11 - Moção nº 37, de 1986, apresentada pelo deputado Luís Furlan, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser fixado limite mínimo de 55 anos para efeito de aposentadoria dos trabalhadores rurais, estabelecendo seus proventos em um salário mínimo.